

Emissões de gases-estufa

Biologia & Ciências

Enviado por:

Postado em:01/12/2015

Brasil emitiu em 2014 0,9% menos do que no ano anterior, apesar de redução de 18% na taxa de desmatamento da Amazônia, indica nova estimativa do SEEG, do Observatório do Clima. As emissões de gases de efeito estufa do Brasil em 2014 permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, apesar da queda de 18% na taxa de desmatamento da Amazônia. A informação vem da nova estimativa do SEEG (Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa), do Observatório do Clima, lançada nesta quinta-feira (19/11) em São Paulo. Segundo os dados do SEEG 2015, o Brasil emitiu no ano passado 1,558 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (t CO₂e), uma redução de 0,9% em relação ao 1,571 bilhão de toneladas emitidas em 2013. Naquele ano, uma aceleração de 28% na taxa de desmatamento na Amazônia havia feito as emissões totais do país crescerem 8,2% em relação ao ano anterior. Com a desaceleração do desmatamento em 2014, era esperado que as emissões também caíssem, mas não foi o que se verificou: uma alta de 6% na quantidade de carbono lançada ao ar pelo setor de energia impediu que a queda de 9,7% no setor de mudança de uso da terra (desmatamento) fizesse diferença na contribuição do Brasil para o aquecimento global no ano passado. "Os novos dados consolidam o fim da fase de queda de emissões verificada entre 2004 e 2009. Desde então, as emissões têm flutuado em torno de 1,5 bilhão de toneladas de CO₂", afirma Tasso Azevedo, coordenador do SEEG. O setor de energia emitiu, em 2014, 479,1 milhões de toneladas (mt) de CO₂e, e hoje está lado a lado com mudança de uso da terra (486,1 mt CO₂e) como principal fonte de gases-estufa da economia brasileira. O crescimento foi puxado pelos subsetores de transportes, que está emitindo 3% mais do que em 2013; de geração de eletricidade, que teve um aumento de 23%, devido principalmente ao acionamento de usinas termelétricas fósseis para fazer frente à seca que esgotou os reservatórios das hidrelétricas no Nordeste e no Centro-Oeste/Sudeste do país; e de produção de combustíveis, que teve aumento de 6,8% nas suas emissões em razão da produção e do refino de óleo e gás — que inclui a exploração do pré-sal. "São níveis de emissão incompatíveis com o estado da economia, que ficou estagnada no ano passado", diz André Ferreira, presidente do Iema (Instituto de Energia e Meio Ambiente), que coordenou as estimativas do SEEG de energia e processos industriais. "A participação das usinas termelétricas na geração de energia para compensar a crise hídrica que afetou as hidrelétricas foi protagonista nesse resultado", afirma André Ferretti, gerente de Estratégias de Conservação da Fundação Grupo Boticário e coordenador-geral do Observatório do Clima. "É preciso diversificar nossa matriz energética, investindo em fontes limpas como a eólica e o etanol de segunda geração." Segundo Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, os dados do SEEG acendem uma luz amarela sobre a INDC, o plano climático anunciado pelo Brasil para a conferência do clima de Paris, que começa em 11 dias. De acordo com a INDC, o Brasil se compromete a realizar reduções absolutas de emissão em toda a sua economia após 2020. "Isso preocupa, porque 2020 é depois de amanhã", diz Rittl. "O país precisa fazer uma transição econômica importante se quiser entregar não apenas o que prometeu na INDC, mas um corte de emissão maior, compatível com a meta de manter o aquecimento global abaixo de 2°C. Com esses

níveis de emissão, o espaço para essa transição fica pequeno. Estamos longe da trajetória em que precisamos estar.” Para Amintas Brandão Jr., pesquisador do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), que coordenou as estimativas de mudança de uso da terra, os dados do SEEG mostram a importância da continuidade das políticas de controle da devastação na Amazônia para o cumprimento das metas climáticas. Ao mesmo tempo, demonstram a urgência de monitorar por satélite o desmate no cerrado — algo que o governo promete desde 2011, mas que até agora não entregou. “Os dados sobre o cerrado têm defasagem de anos. Com a crescente pressão da agropecuária sobre o bioma, o cerrado tende a se tornar um fator importante de emissões por desmatamento no país, que foi ignorado na INDC.” No setor agropecuário, as emissões tiveram aumento de 1,2%, chegando a 423,2 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. O SEEG identificou a necessidade de acrescentar ao cálculo uma estimativa do carbono emitido ou sequestrado pelos solos, principalmente nas pastagens. Esse dado não consta dos inventários oficiais de emissões do Brasil, publicados periodicamente pelo governo federal. Os técnicos do SEEG estimaram que o carbono liberado pelos 60 milhões de hectares de pastagens degradadas no Brasil aumentaria em cerca de 25% as emissões do setor em 2014 em relação aos cálculos atuais. “Por outro lado, é no carbono do solo que reside o maior potencial de redução de emissões do setor”, diz Marina Piatto, coordenadora da iniciativa de Clima e Agricultura do Imaflora. “Se o governo cumprir as metas que anunciou de expandir a recuperação de pastagens degradadas e a integração lavoura-pecuária-floresta, é possível chegar a 2030 com uma queda de 50% nas emissões da agropecuária.” Menos impactante na curva carbono do país, o setor de resíduos foi o que mais cresceu proporcionalmente suas emissões em 2014: 6,9%, passando de 63,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente de por ano para 68,3 milhões de toneladas. Segundo Igor Albuquerque, do Iclei — Governos Locais pela Sustentabilidade, o crescimento se explica em parte por um fator paradoxal: o avanço na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010, que estabelece que o lixo seja disposto em aterros sanitários em vez de lixões. “Os aterros emitem mais metano, um gás de efeito estufa potente”, diz Albuquerque. “Mas trazem também uma oportunidade, já que esse metano pode ser capturado para gerar energia. Isso poderia reduzir as emissões do setor em até 70%.” Os dados do SEEG 2015, com estimativas atualizadas das emissões do Brasil desde 1970 até 2014, estão disponíveis na página do SEEG na internet. Esta notícia foi publicada em 19/11/2015 no site observatoriodoclima.eco.br . Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.